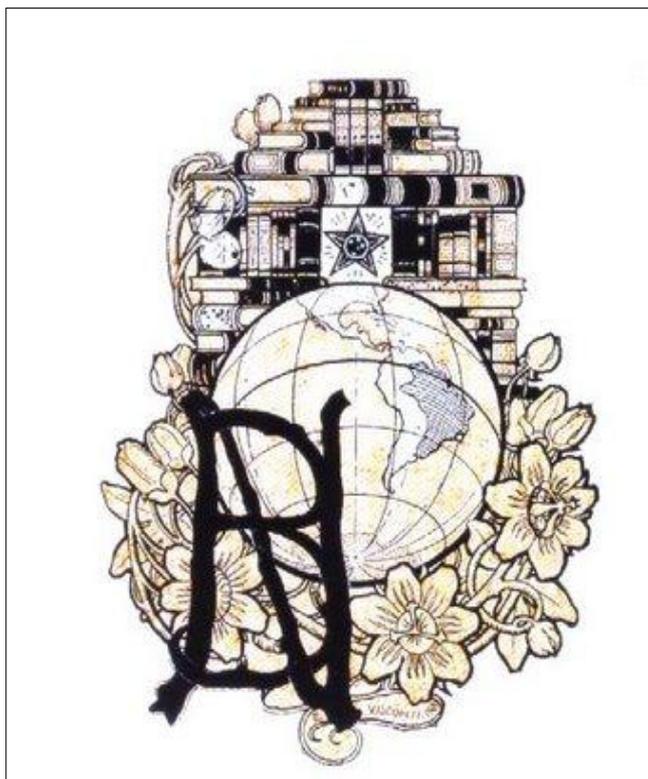


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2012

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



Bárbara Simões*

*A escrita de Maria Firmina dos Reis:
Soluções para um problema existencial*

2012

A escrita de Maria Firmina dos Reis: Soluções para um problema existencial

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmão!

(Hino da libertação dos escravos, Maria Firmina dos Reis)

Poeta maranhense de projeção nacional, Gonçalves Dias, em 1859, vai à Europa por motivos de saúde. O navio que o traz de volta, o *Ville de Boulogne*, entretanto, naufraga. Embora todos os outros passageiros tenham se salvado, o poeta romântico morre próximo ao litoral maranhense. Segundo a tradição popular, Dias teria colocado em uma garrafa seus últimos versos, e tal garrafa chegara às praias de Guimarães, no Maranhão. Teriam sido esses, os *Versos da Garrafa*, mais tarde musicados por Maria Firmina dos Reis. (MORAIS FILHO, 1975)

Tal lenda une, nos versos musicados de Firmina, dois autores que provavelmente nunca se conheceram, e de obras muito diferentes. Em outras palavras, o que a história popular faz é trançar o fio esquecido pelo cânone que amarraria a obra pouco conhecida da maranhense ao aclamado poeta indianista. Na prática, porém, o tecido literário de Maria Firmina permaneceria nas sombras até que *Úrsula*, romance escrito em 1859, fosse redescoberto a partir de uma edição fac-similar preparada por Horácio de Almeida e vinda a público em 1975. (DUARTE, 2004, p. 267)

De fato, *Úrsula* é o primeiro romance da escritora e obra que recentemente vem recebendo atenção da crítica por tratar o tema da escravidão por um olhar diverso do de Bernardo Guimarães em *Escrava Isaura* (1999) ou Joaquim Manoel de Macedo em *Vítimas-Algozes*, (1991) para citar apenas dois abolicionistas com obras reconhecidas e aclamadas nos meios intelectuais do século XIX. Segundo Eduardo de Assis, em posfácio à quarta edição do romance, Maria Firmina inova porque aborda a escravidão a partir de um ponto de vista diferente, “do outro”. (DUARTE, 2004, p.266) Que novo olhar, porém, seria esse da autora da pequena cidade Guimarães, em uma província afastada da capital do império, e por que sua obra ganharia ecos na crítica contemporânea?

Maria Firmina dos Reis nasceu na província do Maranhão, em 1825. Filha ilegítima e afrodescendente, mora com a irmã, a mãe e a tia, além da avó. Criada, assim, em uma casa de mulheres, faz concurso estadual em 1847, sendo a única aprovada para instrução primária na Vila de Guimarães, onde passa a residir, na casa construída pela tia. Morando e lecionando na casa, Firmina era reconhecida como Mestra Régia, em outras palavras, professora formada e concursada, e leciona as *Primeiras Letras* até se aposentar após trinta e cinco anos, em 1881. Um ano antes da aposentadoria, entretanto, funda em Maçaricó, perto de Guimarães, uma escola mista e gratuita, onde dá aulas para aqueles que não podiam pagar. Tal experimento, uma ousadia para a época, misturava alunos de sexos distintos, mas não apenas: ela dava aulas em um barracão de propriedade de um senhor de engenho, ensinando as filhas do proprietário, mas levando consigo outros alunos. Outros, ainda, vinham das redondezas e aproveitavam para se ajuntar aos primeiros. Em uma época em que escolas mistas eram quase inexistentes, a professora inovava, misturando alunos de sexos e também de classes sociais distintas. (TELLES, 2006, p. 412)

Além de ensinar, entretanto, Maria Firmina participou da vida intelectual maranhense. Um ano após a publicação de seu primeiro romance, colabora com um poema no jornal *A imprensa*, assinando com as iniciais M.F.R. Participa em seguida na antologia poética *Parnaso maranhense* e ainda começa a publicar seu segundo texto em prosa, *Gupeva*, de tema indianista, no jornal *O jardim dos Maranhenses* em forma de folhetim em cinco capítulos. Tal novela é republicada em dois jornais, *Porto Livre* e *Echo da juventude*. Em 1871, publica *Cantos à beira-mar* e em 1887 o conto *A escrava*, em *A revista Maranhense*. No ano seguinte, compõe o *Hino da libertação dos escravos*, com letra e música. Além dessas publicações, seu principal biógrafo, José Nascimento Morais Filho, atribui à sua autoria, em biografia de 1975, alguns enigmas, charadas, trechos do diário *Album*, de 1853 a 1903, várias composições musicais e ainda um *Hino à mocidade*. (MORAIS FILHO, 1975)

A partir da leitura da biografia de Maria Firmina, feita pelo mencionado escritor José Nascimento Morais Filho, percebi que seria necessário ir aos periódicos em que a autora maranhense publicou a fim de melhor entender sua obra no cenário literário do século XIX.

De fato, na segunda metade do século XIX, Maria Firmina dos Reis participa, embora timidamente, com frequência nos jornais *Semanário Maranhense*, *Echo da Juventude*, *A imprensa*, *O domingo* e *A pacotilha*, todos de São Luis do Maranhão,

imprimindo uma ideia de abolicionismo e desenhando teses sobre a nação brasileira que só seriam de fato discutidas principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX, em meio à valorização das diferenças étnicas, quando se intensifica o aparecimento da heterogeneidade como forma de reler os paradigmas que pretenderam formar identidades nacionais homogêneas.

Em suas contribuições aos periódicos da época, os quais se encontram presentes no acervo da Biblioteca Nacional, Maria Firmina assumia claro posicionamento abolicionista e negava-se a esquecer a diáspora africana ou a escravidão em seus textos. Assim, entre os jornais da segunda metade do século XIX, *Semanário Maranhense*, *Echo da Juventude*, *A imprensa*, *O domingo*, *A Pacotilha* e *Revista do Liceu Maranhense*, aparece certa tese firminiana que corrobora mas também discute as ideias de Eduardo de Assis Duarte a respeito de um ponto de vista abolicionista inovador. A partir das publicações em periódicos em São Luís, de seu romance, conto, novela, poemas e de seu *Album*, Maria Firmina delineia, longe da Corte e do “trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem”, como ela própria afirma no prólogo de *Úrsula* (2004, p.13), certo desenho da nação dissonante daquele que o romantismo de Gonçalves Dias pintara com poemas como *I-Juca Pirama* ou José de Alencar tentara registrar com *Iracema*. Nesse desenho, está a recusa em esquecer e o convite à memória da diferença como cor imprescindível à aquarela da nação.

À margem do cânone, a primeira romancista – mulher e afrodescendente – partiu, entretanto, de elementos outros a fim de registrar uma outra memória – e com outro enfoque - cuja lembrança permaneceria ao menos à margem do discurso da literatura nacional até o modernismo.

Abolicionista e defensora da igualdade entre brancos e negros, Firmina se recusa a receber a nomeação de professora aos 22 anos de palanquim, espécie de liteira onde damas eram comumente carregadas por escravos. Recusando o conselho da mãe, Firmina vai a pé receber a nomeação, afirmando que “Negro não é animal para se andar montado nele.” (MORAIS FILHO, 1975, p.80) Entretanto, apesar de toda essa gama de informações sobre sua vida, ela registra, em anotações em seu *Album*, um “caderno-goiabada”, que de si mesma ninguém sabe, porque não se dá a conhecer. Ainda nessas anotações, afirma ser uma mulher torturada, relatando que, quando jovem, sonhara um futuro radiante e belo, mas que as ilusões deram lugar à sua amargura. (TELLES, 2006,

p. 412) O amor, descreve como sendo paixão funesta, e o mundo, “um espelho impassível, cruel”:

“Amo a noite, o silêncio, a harmonia do mar, amo a hora do meio-dia, o crepúsculo mágico da tarde, a brisa aromatizada da manhã [...] amo o afeto de uma mãe querida, as amigas [...] e amo a Deus; e ainda assim não sou feliz, porque insondável me segue, me acompanha, esse querer indefinível...” (REIS apud TELLES, 2006, pag. 412)

Buscando entender a melancolia com que a escritora afro-descendente se auto-define, e, ainda, buscando rever o cânone literário do romantismo que a deixou para trás, iniciei a leitura dos periódicos com que Firmina contribuía, começando pelo *Semanário Maranhense*.

O *Semanário Maranhense*, “jornal literário que representa a aspiração dos que se interessão pelo progresso e engrandecimento da literatura pátria”, circulou entre 01/09/1867 a 08/09/1868, justificando o encerramento de suas atividades em virtude da falta de recursos.¹ É interessante notar que, entre os vários nomes que tinham suas obras publicadas no jornal, encontram-se Joaquim de Souza Andrade (Sousândrade), Joaquim Serra, Casimiro de Abreu, José Bonifácio de Andrada e Silva, Machado de Assis e Victor Hugo. Maria Firmina dos Reis figura entre eles, tendo dois de seus poemas publicados, a saber, *Meditação*² e *A lua brasileira*³.

Por um lado, percebe-se que a autora possuía certo reconhecimento que permitia que seu nome figurasse entre os autores da época em um jornal que pretendia ser o estandarte da literatura na província. Por outro, constatamos, após a leitura dos poemas citados, certa melancolia que a aproxima da segunda geração dos românticos brasileiros, muito semelhante (especialmente o poema *Meditação*) ao estilo dos poetas ingleses Byron e, especialmente, Percy Shelley (2009). Deste último, o poema *Estâncias escritas perto de Nápoles, em depressão* parece ter sido transcrito em cores locais pela autora maranhense. Em *Meditação*, Firmina apresenta a morte (ao cair do dia) como única saída e escape para um mundo em desacordo. Em seus versos melancólicos, o eu-poético medita em uma praia deserta sobre a brevidade da vida e a morte como único e inevitável fim. A relação com o poema do autor inglês é direta, mas enquanto em *Estâncias* o eu-poético medita sobre sua progressiva aniquilação à medida em que o dia

¹ *Semanário Maranhense*, 01/09/1867, n 1, p.1

² *Semanário Maranhense*, 3/11/1867, n10 p.7.

³ *Semanário Maranhense*, 01/03/1868, n27, p.7.

se passa, *Meditação* já se inicia ao cair da tarde. Ambos os eus-poéticos estão em praias desertas, e a partir da observação da natureza, chegam à conclusão que toda alegria é vulnerável e efêmera.

(...) Eu podia deitar-me como criança fatigada
E chorar sempre a vida de preocupação
Que suportei e devo ainda suportar
Até que a morte como sono me acalente (...) (SHELLEY, 2009, p.89)

(...)Mas, ah! Somente a duração da rosa,
Tem esse breve devanear da mente!
Volve-se a vida, onde há só pranto, e mágoa,
E cessa o encanto do amoroso ente...”
(REIS, *Semanário Maranhense*, 3/11/1867, n. 10 p.7)

Tal constatação sugere que Maria Firmina pendia para uma auto definição melancólica, *gauche*, introspectiva e de isolamento. Por outro lado, ao ler os números do periódico *Echo da Juventude*, que circulou entre 11 de dezembro de 1864 a 21 de maio de 1865, encontrei o poema *Melancolia*.⁴ Nele também, Firmina apresenta a morte (ao cair do dia) como única saída e escape de um mundo em desacordo. Em seus versos melancólicos, clama e anseia pela morte.

Inda me resta no correr da vida
Essa esperança de morrer...a só
Sentida triste, qu’o soffrer ameiga,
Que segue o homem te fundir-se em pó.
(REIS, 1865, p.184)

Contudo, na estrofe que se segue, o eu-poético considera um possível encontro com Deus:

Morra eu ao menos no cahir da tarde,
Hora maga, que se pensa em Deos,
Em que se escuta myst’riosos cantos,
Concertos sacros nos longínquos céos.
(REIS, 1865, p.184)

⁴ Echo da Juventude, 1865, n.23, p. 184

Ao relatar o desejo de morrer “ao cair da tarde”, Firmina imprime um significado religioso em seus versos, ausente no poema *Estâncias* de Shelley.

De fato, em outros textos poéticos, o mesmo posicionamento religioso se repete. Assim, o poema *Hosanna*⁵ traz um hino ao criador, e o poema *A lua brasileira*⁶, apresenta a observação da lua como catalisadora dos sentimentos do eu-poético, que, no fim, sente-se compelido a louvar a Deus.

Esse desfecho cristão em vários de seus textos poéticos bem como em seu romance *Úrsula*, aponta como saída de um mundo melancólico e desigual o caminho cristão da solidariedade, aproximando-se da solução cristã de Kierkegaard para o problema existencial da solidão humana defendido em *O Desespero Humano* (2001) e afastando-se das teses abolicionistas apregoadas pelos intelectuais da Corte brasileira.

Em outras palavras, a autora parte dos valores cristãos, dominantes na sociedade oitocentista, para afirmar, em *Úrsula*, que os mesmos podem vencer o mal e resistir a tudo, incluindo a escravidão. Firmina então baseia seu próprio clamor em favor da abolição na premissa de que todos são irmãos, filhos de um mesmo pai, e por isso, iguais. Tal discurso perpassa seus poemas melancólicos e escancara-se em sua narrativa, seja no conto *A Escrava*, na novela indianista *Gupeva* ou no romance *Úrsula*.

O romance *Úrsula*, publicado em 1859, omite o nome da autora da capa ou da folha de rosto, e Firmina assina apenas “uma maranhense”. Dessa forma, marca a autoria feminina e provinciana e se protege dos preconceitos enfrentados por muitas mulheres que ousaram escrever no século XIX.

Na única referência a Maria Firmina dos Reis em *A imprensa*, jornal que circulou de 1857 a 1862 em São Luís do Maranhão, o romance é anunciado. O referido periódico era publicado nas quartas e sábados de cada semana, na “typographia do Progresso”. Na edição de 01 de agosto de 1860, há um anúncio de venda do romance *Úrsula* e um comentário sobre a obra da autora: “Vende-se nesta typographia este excelente romance, que deve ser lido pelos corações sensíveis e bem ornados e por aquellos que souberem proteger as lettras pátrias (...) um volume de 200 páginas, preço 2\$000.”⁷ Na mesma página do periódico, antecede o anúncio de venda o comentário que transcrevo a seguir:

⁵ *Echo da Juventude* 15/01/1865, n. 6, p. 4

⁶ *Semanário Maranhense*, 1/03/1868, n. 27, p. 7.

⁷ *A imprensa*, 1860, n. 61, p.4.

“Acaba de sahir dos prelos do Progresso o romance original – *Ursula* – nitidamente impresso e em elegante formato. É a primeira tentativa de uma comprovinciana – a Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora de Guimarães – e para tentativa estréa ella mui bem a carreira de romancista, e porisso pedimos-lhe desculpa de vir imprudentemente denunciar o seu nome, que com tanto empenho e modéstia tracta de occultar. Descripções mui bellas da nossa natureza, reflexões philosophicas e moraes de subido valor, muita imaginação, são qualidades que tornam recommendado este romance. Alguma incorrecção de estylo, um ou outro typo incompletamente desenvolvido são defeitos próprios de quem começa, e principalmente em uma senhora, que não tem estudos completos e que vive retirada em uma villa, longe do tracto e das conversações, ou melhor, como se ella expressa no prólogo de sua estimavel obra: - ‘de educação acanhada, e sem o tracto e a conversação dos homens illustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem.’ Não devemos deixar morrer no nascedouro um talento tam formoso e cumpre que o aceroçoemos e o aplaudamos para que, animado e confiado em si, produza fructos melhores e bem mais sazoados. A aceitação nestes casos é a procura da obra – é o esgotamento rápido da edição. É o que cremos acontecerá com esta publicação apesar de ter apparecido em epocha de efervescência eleitoral.”⁸

A partir do comentário publicado, nota-se que Maria Firmina dos Reis era figura conhecida, embora modesta, como convinha a uma mulher que escrevesse naquele tempo. Entretanto, mais uma vez confirmamos que a escritora não permanece no anonimato, e seu livro publicado sob a forma de folhetim em 1859 é ofertado à venda em uma edição no ano posterior. Curiosamente, o comentarista justifica os erros e incorrecções do romance com base no argumento de que foi escrito por uma senhora de “poucos estudos”, e parece deixar escapar a ironia do comentário da própria autora sobre si mesma e sua condição, “de educação acanhada, e sem o tracto e a conversação dos homens illustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem.”

Afastada da Corte e do círculo abolicionista da maioria dos intelectuais de sua época, ocupando um lugar que Eduardo de Assis Duarte chama “intermediário”, porque mais próximo da pobreza, Firmina, entretanto, desenvolve um outro olhar sobre a questão do negro escravo e da mulher, dando-o a conhecer especialmente através de *Úrsula*. (DUARTE, 2004, p.268)

Tendo em mente que *Úrsula* foi escrito em sua juventude, portanto em um momento em que as ilusões ainda não se haviam transformado em amargura, percebo

⁸ *A imprensa*, 1860, n. 61, p.4.

ser possível vislumbrar nesse romance certa tese firminiana que corrobora mas também discute as ideias de Eduardo de Assis Duarte a respeito de um certo ponto de vista abolicionista inovador. Em tempo, lembramos os limites de uma análise da obra a partir de dados biográficos do autor ou vice-versa, e explico desde já que o percurso que traço aqui a partir de sua participação na vida intelectual maranhense não vai somente nessa direção, mas em direções várias em que é impossível (ou desaconselhável) desconsiderar por completo a inter-relação também entre a autora e sua obra.

Maria Firmina nasceu em 1825. Treze anos antes, nascia em Copenhague, em contexto completamente diverso, o filósofo existencialista Kierkegaard. Ao lado de Schopenhauer (1788-1860), esse filósofo tocava na questão da insegurança e da solidão individuais, do abandono, da angústia e da tragicidade humana a partir de um ponto comum: nesse mundo, cada um está entregue a si mesmo. (KIERKEGAARD, 2001) Tragicamente entregues a nós mesmos, porque o momento de cada escolha e decisão é intransferível, resta-nos, segundo ambos, uma superação pela via da solidariedade, onde aliás estaria contida a *soledade* (solidão). Assim, o amor ideal seria a permuta de solidões, da qual melhor exemplo seria a pergunta de Cristo na cruz “Meu Deus, por que me abandonaste?” e sua atitude de entrega pelo outro, resposta cristã que Kierkegaard dá ao problema do existencialismo.

Schopenhauer apresenta semelhante solução, embora prefira o budismo como caminho de esvaziamento de si mesmo em direção ao outro. Reagindo pois ao hegelianismo de sua época, ambos os filósofos concluem que o mundo é representação e vontade, não está dado, mas será dado a partir de uma resposta única de cada indivíduo no momento solitário de sua decisão. (SCHOPENHAUER, 2005) Viver é posicionar-se no mundo, e cada construção individual seria a presentificação de uma realidade diante da qual tudo o mais é alteridade. O grande problema, entretanto, a que chega Schopenhauer, é a constatação de que, ao afirmar-se, o indivíduo se depara com a alteridade, limite à sua existência e autoafirmação em totalidade. A saída então, segundo ele, seria a negação da vontade pela solidariedade. Entretanto, sua filosofia é análise, e não regra. Assim, é pela experiência individual que cada ser humano deve chegar à vontade - e não à inteligência - de solidarizar-se com a solidão alheia e, com isso, perceber uma superação do próprio conflito.

Kierkegaard (1974), semelhantemente, aponta o problema da solidão, afirmando ser o casamento - o amor ideal – a permuta de solidões em que a superação da angústia consistiria em uma vivência pessoal e individual da doença mortal que nomeia o

desespero. A superação do desespero se daria então pela entrega- o salto de modo absoluto com o absoluto, que ele desenvolve em *Temor e Tremor*, como a entrega de Abraão a Deus. Abraão se relaciona com o absoluto de forma absoluta, entregando a ele o bem mais precioso, o filho Isaac, e acreditando até o último momento que “Deus providenciará o cordeiro”. Esse salto da fé, segundo o filósofo, a ser vivido cotidianamente, seria necessário para a superação da angústia diante da solidão de nossas escolhas. (KIERKEGAARD, 1974)

Voltemos a Maria Firmina. Mulher de seu tempo, a escritora parece ter apostado no salto da fé como tentativa de superação da angústia causada por um grande drama individual e coletivo da sociedade em que estava inserida, a saber, a escravidão. A resposta firminiana é o caminho cristão da solidariedade, expresso nos versos que abrem esse texto, de seu *Hino à libertação dos Escravos*. Rompida a “nefanda escravidão”, o branco pode ter como irmão o negro, antes escravo. A escravidão feriria assim um dos princípios básicos do cristianismo, a filiação de todos a um mesmo pai, e a possibilidade da solidariedade como solução para a angústia profunda e intransferível do ser humano. Era preciso rompê-la, a qualquer custo, em 1859.

Para isso, entra em cena um livro cujo abolicionismo, diferente do abolicionismo apregoado na corte, aproximava-se do abolicionismo cristão estadunidense da escritora oitocentista Harriet Beecher Stowe, em *A cabana do Pai Tomás*, (1976) desenhando certa imagem – de negro e de mulher – a partir do paradigma cristão da solidariedade, capaz de superar questões existenciais bastante difíceis do tempo de Firmina. Há, entretanto, no livro *Úrsula*, dois veículos de uma mesma tese: o negro e a mulher. A partir de um ou de outro, é possível introduzir a redenção no mundo, porque, em *Úrsula*, ambos se tornam canais da redenção para a humanidade. Vejamos primeiramente como a imagem do negro é desenhada pela autora.

Em reflexões sobre a questão do negro no Brasil, o estudioso Gregory Rabassa (1965) afirma que este, até 1888, apareceu em diversos papéis na literatura brasileira. Assim, os primeiros textos geralmente incluíam polêmicas contra ou a favor da escravidão, levando a discussão ao limite, na década de 1880. Neles, as cores com que se pintava uma figura do negro variavam entre

“uma figura semelhante a feras que servia apenas para o trabalho pesado, um selvagem em que não se pode confiar e que se revoltará na primeira oportunidade, um herói lutando contra uma opressão injusta, um servo fiel imbuído de grande amor por

seu senhor, uma figura exótica que desperta desejo, um pobre ser humano rebaixado de anseios justos devido a uma instituição iníqua.” (RABASSA, 1965, p.324-325)

O romance *Úrsula* adota posicionamento explicitamente antiescravagista, mas, como já mencionamos, ao contrário de Joaquim Manuel de Macedo, em *As vítimas algozes* ou Bernardo Guimarães, em *A escrava Isaura*, parte de um ponto de vista outro. O romance da escritora maranhense inova porque tenta pintar a nação, dar “cor local” a uma literatura que nascia tímida e sem conhecer sua identidade, mas o faz por outros paradigmas, afastando-se de um romantismo do também maranhense Gonçalves Dias. Ao inovar, ao tentar dar “cor local” à literatura, Maria Firmina traz a questão do negro, que seria silenciada em muitos escritores românticos. Mas que imagem do negro apareceria nessa escritora? Além disso, como entender as imagens do negro esboçadas por Maria Firmina no contexto romântico da nação que também se esboçava nas páginas de muitos outros autores? E, ainda, que recursos essa autora maranhense teria usado para desenhar o problema da escravidão?

Após a independência, como afirma Regina Zilberman, os escritores românticos tomaram para si “a missão de fomentar o debate em torno da existência e constituição da literatura. Tratava-se, então, de encontrar mecanismos capazes de legitimar a recém implantada nação, e a literatura oferecia-se como uma boa alternativa para a consecução desse objetivo.” (ZILBERMAN, 1998, p.9)

Na verdade, segundo Antônio Cândido, foi o nacionalismo romântico que se configurou como elemento formador de nossa tradição literária. É no período romântico que surgem as condições para a formação de um público leitor e meios de transmissão, e por isso é então que a literatura brasileira nasce como literatura nacional. De fato, o grande impulso do romantismo brasileiro foi o movimento de independência do Brasil. Nesse momento, conforme aponta Bernardo Ricupero, “realizada a independência política, resta adequar a cultura brasileira à nova condição”. (RICUPERO, 2004, p. 88) Como seria, então, esse nacionalismo?

Se a literatura de José de Alencar e Gonçalves Dias tentava criar uma identidade nacional a partir do indianismo, excluindo ou ignorando o traço afrodescendente, este mesmo traço aparecerá em autores como Castro Alves, Joaquim Manoel de Macedo e Bernardo Guimarães. Entretanto, a abordagem de Maria Firmina é única, por dois motivos. Além de trazer uma desestabilização no nacionalismo literário desenhado até então, apresentando um ponto de vista diferente daquele que tentava explicar a nação (o

indianista); afasta-se dos autores acima mencionados em que o traço afrodescendente aparece. Isso porque parte de um ponto de vista do escravo, como afirma Charles Martin no prefácio da terceira edição de *Úrsula*: “o negro não é apenas colocado na trama em pé de igualdade frente ao Cavaleiro. Mais que isto, ele é a base de comparação para que o leitor aprecie o valor do herói branco”. (MARTIN, 1988, p.26-27)

Maria Firmina buscava, seguindo uma tendência do romantismo brasileiro, imprimir “cor local” à sua literatura. Tanto assim que, em 1861, a autora publica, entre os números 14 e 17 do periódico *Echo da Juventude*, *Gupeva*, novela indianista, acompanhando a tendência de buscar no índio a explicação e a diferença para a literatura nacional. Antes de voltarmos a *Úrsula*, é necessário tecermos algumas considerações sobre a publicação da novela indianista.

Embora a crítica à autora tenha chamado esta obra de “romance indianista *Gupeva*”, considerei, após a leitura do texto no periódico, que o “romance” na verdade é uma novela, publicada com o título *Gupeva: romance brasiliense*. Nas palavras que precedem o início da publicação de Firmina, a autora é “talentosa maranhense, cuja tenacidade nos labores litterarios e amor ao estudo são bem conhecidos do público.”⁹ Mais uma vez, constatamos a inserção de Maria Firmina dos Reis no circuito literário local, e não sua total opacidade, como boa parte da crítica até agora tem apregoadado. Ainda nessas palavras introdutórias, a redação do periódico incita outras senhoras, “que cultivão [sic] as letras, porém uma modéstia cômdegnável [sic] as tem conservado no silêncio e obscuridade” a seguirem o exemplo de Firmina.

Gupeva não é apenas uma obra indianista. É uma novela com visão pessimista, com uma tese em si mesma: mundos irreconciliáveis habitam o mesmo território e querem compor uma nação. A perspicácia de Firmina está em entender que o encontro gera morte, e a visão pessimista da autora, relida nos poemas, oferece um questionamento existencial e constitui a lente com que Firmina verá a questão do negro, da escravidão e da abolição no país em *Úrsula* e, além disso, nossa própria e problemática constituição enquanto nação. Assim, ao publicar *Úrsula*, Maria Firmina inova, porque traz o problema ignorado por muitos escritores românticos – a escravidão, e sob outro ponto de vista. Expliquemos melhor.

O livro *Úrsula* traz aquilo que Zilá Bernd caracteriza como o “surgimento de um sujeito-de-enunciação no discurso poético, revelador de um processo de conscientização

⁹ *Echo da Juventude*, 1861, p. 107.

de ser negro entre brancos”. (BERND, 1988, p.48) Ao se posicionar, Maria Firmina afasta-se do cânone, mesmo quando este apresentava o negro e a problemática questão da abolição. Bernardo Guimarães, por exemplo, ao escrever *A escrava Isaura*, toca na questão da escravidão, mas de um ponto de vista diverso de Maria Firmina. A escrava de Guimarães merece ser liberta porque é branca, e, sendo branca, formosa e linda, é “bonita demais para mucama”. (GUIMARÃES, 1999, p. 42) Assim, dizia-se dela: “Ó céus! É possível que uma moça tão linda seja uma escrava”, pois era “bonita e civilizada como qualquer moça branca”. (GUIMARÃES, 1999, p. 105, 52) Em comparação com as outras escravas, Isaura era dona de “certa dignidade e orgulho, proveniente talvez da consciência de sua superioridade, e ela sem o querer sobressaía entre as outras, bela e donosa”. (GUIMARÃES, 1999, p. 53) Em outras palavras, a idéia de superioridade racial branca está presente o tempo todo no texto.

Em *Úrsula*, ao contrário, embora o casal protagonista seja branco – Tancredo e Úrsula – Tancredo aparece como bom moço em comparação com Túlio, escravo negro. Nas palavras de Eduardo Assis Duarte,

“no discurso do narrador onisciente, o negro é parâmetro de elevação moral. Tal fato se constitui em verdadeira inversão de valores numa sociedade escravocrata, cujas elites difundiam teorias “científicas” a respeito da inferioridade natural dos africanos. Assim fazendo, a voz que narra mostra-se desde o início comprometida com a dignificação do personagem, ao mesmo tempo em que expressa com todas as letras qual o território cultural e axiológico que reivindica para si: o da afro descendência”. (DUARTE, 2004, p. 273)

A narrativa tem como protagonistas os primos e amantes Tancredo e Úrsula, ambos brancos e pertencentes à classe dos senhores – e não dos escravizados. Embora não saibam a priori, são primos. Entretanto, enquanto a mãe de Úrsula – D. Luisa B – é uma boa senhora para seus dois escravos, o pai de Tancredo e irmão da boa Luisa é um cruel senhor de muitos escravos, massa não nomeada e tratada por ele com desprezo e à base do chicote e dos ferros. Fernando, o Comendador, é a figura do mal encarnado e opõe-se à bondade e pureza de Úrsula, sobrinha que passa a desejar até o ponto de assassinar o próprio filho. Assim, embora os conflitos principais aconteçam envolvendo o amor puro entre Úrsula e Tancredo e a paixão assassina do comendador, uma outra narrativa emerge ao lado desta e ganha espaço no texto, através dos personagens escravos Túlio e mãe Suzana.

A história tem início quando Tancredo, após ter sofrido com os golpes da morte de sua mãe e da traição de seu pai e de sua noiva, é encontrado semimorto nos arredores da casa de D. Luisa B pelo escravo Túlio. O cativo, que o encontra, imediatamente se compadece do moço branco, e, como o bom samaritano, salva a vida do mocinho ao levá-lo para a casa de D. Luisa para ser cuidado pela menina Úrsula. Neste ato, Túlio não apenas salva Tancredo, como também muda o rumo da vida do rapaz branco, levando-o nos ombros para outro caminho e para outra casa, a partir da qual seu destino será traçado. A amizade que nasce do encontro entre o escravo e o jovem cavaleiro é imediata e descrita pela autora como profunda, sendo a empatia do rapaz branco imediatamente correspondida, já que “ em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro”. (REIS, 2004, p.25)

Nesse ponto, é interessante notar, como afirma Eduardo de Assis Duarte no posfácio da quarta edição do livro *Úrsula*, que a nobreza de sentimentos do escravo torna-se parâmetro de comparação para os sentimentos que animam o coração do branco. Tal inversão, além de inédita, é inovadora, porque muda o ponto de vista através de um interessante deslocamento de um modelo etnocêntrico condizente com a cultura brasileira europeizada da época. Mas ainda uma outra e interessante inversão pode ser percebida a partir do episódio do encontro dos dois personagens.

O dramático encontro de Túlio e Tancredo acontece no primeiro capítulo nomeado “Duas almas”. O título, não ao acaso, anuncia que serão descritas ali essas duas almas e seus valores internos, e o resultado é um olhar abolicionista marginal e diverso do então vigente. Túlio primeiro encontra o cavaleiro desacordado no chão, e a comunicação verbal entre os dois é impossível. Entretanto, assim que abre os olhos, Tancredo troca olhares com o escravo, e a voz que narra descreve que “Então nesse breve cambiar de vistas, como que essas duas almas mutuamente se falaram, exprimindo uma o pensamento apenas vago que na outra errava”. (REIS, 2004, p. 25) Se por um lado a linguagem entre o rapaz branco e o negro não se realiza de imediato, por outro, é pelo silêncio que as almas se falam, sendo possível um encontro.

A descrição do episódio do encontro entre o escravo Túlio e o filho de fazendeiro Tancredo chama especial atenção por sua característica inicial de silêncio, já que o branco encontra-se debilitado e em estado de mudez. À medida que a ação se desenrola, entretanto, os cuidados desempenhados pelo escravo aos poucos vão fazendo com que o moço branco recupere a própria fala, para afirmar a Túlio: “Pudera todos os corações assemelharem-se ao teu.” (REIS, 2004, p. 25)

Ora, se por um lado, como afirma Assis Duarte, há uma inversão do ponto de vista, uma vez que é a partir dos sentimentos do escravo que os sentimentos do branco se definem, sendo o primeiro – e não o segundo – o ponto de comparação e paradigma de bons e nobres sentimentos, por outro, é o primeiro quem devolve a linguagem ao segundo. Se avançarmos um pouco na história, entendemos porque Tancredo é encontrado semimorto pelo escravo Túlio. Em *flashback*, aparece um episódio, narrado por Tancredo a Úrsula, que explica porque o mancebo havia perdido a motivação de sua vida a ponto de ter sido encontrado semimorto por Túlio.

Seu próprio pai, o comendador que depois vemos ser o tio de Úrsula e irmão de sua bondosa mãe, a senhora Luísa B, havia roubado sua noiva e matado de desgosto sua mãe. Adelaide, a escolhida de Tancredo, menina pobre criada pela mãe do cavalheiro, se deixara seduzir por aquele que deveria ser seu sogro, casando-se com ele após a morte da mãe de Tancredo, que morrera de desgosto após a partida forçada do filho para outra província. O pai, ao saber que Tancredo queria desposar Adelaide, o mandara trabalhar como advogado longe, e, aos poucos, matara a mulher de desgosto. Tancredo, ao voltar e entender que havia sido vítima de um golpe, amaldiçoa o novo casal e sai de casa sem rumo, indo chegar até Túlio e à casa de Úrsula.

Em silêncio, sem palavras que pudessem exprimir seu estado, semimorto, desiludido, o moço branco redescobre a própria linguagem através de uma linguagem outra – a troca silenciosa de pensamentos – possível somente através do encontro com Túlio. É, ainda, somente pelo encontro com o escravo que ele vem a narrar a própria história, mais tarde, a Úrsula, moça que se torna sua enfermeira e, depois, sua esposa. As duas almas que ali se encontram são solidões que se solidarizam, encontrando uma na outra refúgio para suas existências. O refúgio, entretanto, terá que ser buscado por um viés cristão, que crescerá no gesto solidário a ser descrito após o silêncio do encontro.

Túlio devolve a vida a Tancredo e o conduz até Úrsula. Se em um primeiro momento a comunicação entre o branco e o escravo era impossível, tal comunicação se deu através de “almas que se falaram”. Há aqui uma tese interessante desenhada pela autora que parece despercebida a um primeiro olhar.

A comunicação, a troca e o reconhecimento de uma igualdade entre as “raças” – considerando o conceito científico de raça no século XIX – só é possível porque as *almas* são iguais. Maria Firmina parte da religiosidade dominante, católica, para afirmar

a tese de que os negros não poderiam ser escravizados, uma vez que as almas são iguais. Tal estratégia de argumentação fica clara nas palavras de Tancredo:

“dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos [...] amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante [...] o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles não o compreendem!! Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama seu próximo... e eu te auguro um melhor futuro” (REIS, 2004, p. 28).

Constância Lima Duarte, ao resumir o papel inovador do texto firminiano, afirma que a

“instigante novidade do texto da referida autora reside na preocupação com a história e as raízes negras, bem como referência constante à África, apesar do enredo protagonizado pelos jovens brancos Úrsula e Tancredo” . O papel dos jovens cativos na trama revelar-se-á fundamental para o desfecho. Além disso, os escravos aí representados em nenhum momento se identificam com os valores dominantes, nem reproduzem estereótipos, como o “negro de alma branca”, a exemplo de Pai Tomás, Domingos, Isaura e tantos outros, submetidos à “consciência subordinada”. (DUARTE, 2005, p. 443-444)

A partir de um ponto de vista outro de Duarte, acredito que Maria Firmina parte justamente de um dos valores dominantes de sua sociedade – no caso, o cristianismo – para afirmar injusta a supremacia de uma etnia sobre outra. Sabemos que, na sociedade brasileira do século XIX, o catolicismo não é homogêneo ou livre de reinterpretações e releituras, nas quais se inserem inclusive apropriações das religiões africanas. Entretanto, este texto não irá abordar as muitas variáveis de um cristianismo católico oitocentista, ou, ainda, investigar sua presença no texto firminiano. O que pretendo aqui é considerar que Maria Firmina, ao lançar mão de teorias e ideias pilares do cristianismo católico, religião oficial de sua época, crença dominante entre as elites, o faz como estratégia para provar o erro da escravidão.

Nesse sentido, é a partir da parábola do bom Samaritano que Túlio é apresentado como um ser bom, portador de “nobres e generosos” sentimentos, e por isso capaz de servir como eixo de comparação ao mocinho branco.

De acordo com a tradição cristã católica, Jesus teria contado – a fim de ensinar o fim das rivalidades e preconceitos entre judeus e samaritanos – a parábola comumente conhecida como Parábola do Bom samaritano. A historieta, registrada no evangelho de Lucas, fala de um homem que, atacado na estrada por ladrões, permanece ferido e à beira da morte. Por ele, passam importantes homens da lei e servidores do templo de Deus (o primeiro, um sacerdote e o segundo, um levita), que, no entanto, não lhe prestam socorro. Quem vai lhe prestar socorro imediato é um samaritano, que trata as feridas do desconhecido e o leva consigo, pagando-lhe uma hospedaria até que este se recupere. (BÍBLIA, Lucas, 10: 30-37) Nessa conhecida parábola, é o princípio da caridade acima de qualquer preconceito que importa. Mais ainda, a parábola é contada a um sacerdote que acabara de perguntar a Jesus o que um homem deveria fazer para merecer a vida eterna. (BÍBLIA, Lucas, 10:29)

De acordo com Donner, (2006) em *História de Israel e dos povos vizinhos*, a briga entre samaritanos e judeus é resultante de uma divisão entre os reinos do sul: Judá, e os do norte: Samaria. Antes mesmo de serem chamados assim, os povos da região norte eram explorados e escravizados pelo sul, a partir do reinado de Salomão. O que ocorre é que o Norte é invadido por sucessivos povos, e a mistura étnica que domina a região que seria chamada Samaria é causa de desconfiança e preconceito àqueles que se pretendiam “puros” e escolhidos por Deus. A região de Judá passa a desconfiar da pureza dos samaritanos e da eficácia de seus ritos, já que o templo a Javé é construído no Sul, em Jerusalém. A grande questão da parábola é que quem a escuta é um sacerdote judeu, da boca de um galileu, já que Jesus, embora nascido em Belém, na Judeia, era conhecido como galileu, porque teria sido criado em Nazaré. A Galileia ficava ainda ao norte da Samaria, e, portanto, ainda mais à margem daquilo que poderia se esperar de um lugar digno de um Messias.

É justamente o samaritano, porém, visto com desconfiança na Judeia, discriminado por uma herança étnica misturada e com histórico de escravizado, quem dá a lição ao sacerdote, transformando-se em parâmetro e exemplo de salvação. Ora, o que Maria Firmina faz em seu texto não é muito diferente disso. Túlio é o bom samaritano, que, discriminado, porque escravo, rejeitado, porque negro, considerado de “raça inferior”, ampara e dá a lição de caridade. Encontrando o cavaleiro caído no meio do caminho, oferece água a Tancredo, assim como o samaritano dá água ao viajante. Depois, leva-o consigo. É ele nada menos que parâmetro de bons exemplos a serem seguidos, ideal a partir de onde nasce a descrição do mocinho da trama.

Os samaritanos, no século I, ainda segundo Donner, (2006) eram discriminados pelos judeus. Considerados equivocados, indignos da salvação, deveriam ser submetidos ao povo escolhido, os judeus. A parábola, no entanto, inverte a lógica moral de quem a escutava, porque apresenta o samaritano – normalmente considerado inferior – como aquele que praticou a caridade, e, portanto, o merecedor legítimo do Reino dos Céus, digno de ser imitado.

Como o samaritano, é Túlio digno de ser imitado, embora discriminado e subjugado pelas teorias raciais do século XIX que o consideravam inferior. Como o samaritano, à margem de Israel, do povo escolhido, é ele quem passa a ser o verdadeiro paradigma de bondade para os brancos, porque em seu coração reinam os mais sinceros princípios cristãos:

“E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista.” (REIS, 2004, p. 23)

Em uma chave oposta àquela em que Joaquim Manuel de Macedo escreveria seu abolicionismo em *As Vítimas-algozes* (1991), Maria Firmina, dez anos antes, apresenta um abolicionismo curiosamente diverso do tipo de abolicionismo brasileiro, aproximando-se do modelo estadunidense. Célia Maria Marinho de Azevedo (2003), em *Irmão ou amigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil*, diferencia o abolicionismo estadunidense do abolicionismo brasileiro. Segundo ela, enquanto o primeiro imaginava o escravo como irmão da família humana, o segundo o pintava como um inimigo doméstico do senhor e de sua família. Assim, para chegar a uma mesma tese, de que a escravidão deveria ser abolida, os principais escritores estadunidenses e brasileiros partiam de premissas diferentes. A afirmativa de Azevedo comprova que, de fato, o abolicionismo de intelectuais como Joaquim Manuel de Macedo era regra. Assim, a tese principal de *As vítimas-algozes* é: o escravo é uma ameaça ao senhor, é um inimigo do lar branco. Mas o que faz dele um inimigo não é sua negritude, mas seu coração embrutecido pela escravidão. A escravidão, esta é a mancha/nódoa da sociedade a ser extirpada, que faz vítimas que se tornam algozes.

A tese de Macedo é oposta à de Maria Firmina, uma vez que a autora afirma que os valores cristãos podem vencer o mal e resistir a tudo, incluindo a escravidão. Mas sua sagacidade está em basear seu próprio clamor em favor da abolição na premissa de que todos são irmãos, filhos de um mesmo pai, e, por isso, iguais:

“ Senhor Deus! quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo – e deixará de oprimir com tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... a aquele que também era livre no seu país... aquele que é seu irmão?!”. (REIS, 2004, p. 23)

Escapando do racionalismo, corrente que atingiria muitos intelectuais a partir dos anos 1870, Firmina não cai na dicotomia das raças, prisão de muitos intelectuais da diáspora que, a fim de valorizar o negro e suas raízes, absorveram a triste premissa etnocêntrica forjada pelos europeus no século XIX. Ao contrário, afirma os valores negros, mas o faz a partir de concepções que considera universais na sociedade brasileira oitocentista, no caso, o cristianismo.

Em *Úrsula*, o escravo é vítima, mas não algoz, ele padece no martírio como Jesus e seus seguidores, como o Pai Tomás, e seu exemplo é motivo de conversão de outros. É por isso que a escrava Suzana vai em silêncio à fazenda do comendador Fernando, como “ovelha ao matadouro”, e, mesmo alertada pelo padre, não opta pela fuga, porque “os que estão inocentes não fogem”. (REIS, 2004, p. 187)

Mas a vítima no romance de Maria Firmina não é só o negro escravo. Nesse sentido, começamos a investigar a imagem da mulher firminiana e seu potencial redentor. As mulheres aparecem também subjugadas, escravizadas pelo homem. A denúncia de uma sociedade patriarcal passa pela descrição de Tancredo sobre a situação de sua mãe, que, vitimizada pelo marido, chega a morrer de desgosto:

“Não sei por que, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela, triste vítima, chorava em silêncio, e resignava-se com sublime brandura”. (REIS, 2004, p. 48,49)

Tirano da mulher, o comendador Fernando também é tirano de Adelaide, – a noiva do filho que se torna sua esposa – além de Luiza B, sua irmã que chega a perder o marido e terras por causa de Fernando, e, finalmente, é tirano da própria Úrsula.

O sinal de que o amor que Fernando sente pela sobrinha só pode ser violento é o sangue da perdiz, morta pelo tio caçador, que suja os vestidos da jovem, “que lhe nodou os vestidos alvíssimos de neve.”(REIS, 2004, p. 125) E ao declarar o amor que sente pela sobrinha, o comendador afirma:

“É ardente e violento o afeto que nutro no peito. Menos puro fora ele, que, imenso como acabo de confessá-lo, saciá-lo-ia sem dificuldade. Meus escravos não estarão longe, muitos deles seguiram-me à caça, chama-los-ia, e vós seríeis conduzida em seus braços, apesar dos vossos gritos, e do vosso desespero, até minha casa, onde seríeis minha, sem terdes o nome de esposa”. (REIS, 2004, p. 131)

O que o comendador está oferecendo a Úrsula, em sua proposta de casamento que virá depois da passagem acima transcrita, é, portanto, o nome de esposa. Aceitando ou não tal nome, o amor que o tio lhe oferece é violento, faz sangrar, fere e mata, como à perdiz que mancha os vestidos da donzela com seu sangue.

O que parece curioso notar, entretanto, é que no capítulo seguinte a esse que descreve as desventuras do encontro entre o comendador e a mocinha na mata, a narrativa se inicia com uma reflexão sobre os efeitos dos amores dos homens –e aí se inclui o amor do mocinho –em Úrsula:

“Na sua solidão, o homem tinha ido perturbar-lhe a virginal pureza do coração para dar-lhe uma nova existência –o amor; e depois ainda o homem, invejoso dessa momentânea e fugaz felicidade, veio roubar-lhe a tranquilidade do espírito[...]”. (REIS, 2004, p. 135)

Se é o homem quem lhe faz mal da segunda vez, é o homem também quem lhe roubou primeiro a paz (Tancredo), fazendo-lhe mal. Em outras palavras, mesmo o mocinho é um vilão, porque lhe perturbou a “virginal pureza do coração”. Talvez, por isso, na narrativa de Maria Firmina, não há, no relacionamento homem/mulher, um par que possa alcançar felicidade. Basta lembrar que a mãe de Úrsula, a senhora Luísa B,

também tinha um marido cruel, e que o outrora feliz casamento da escrava Suzana não pode perdurar.

Sobre esse casamento, porém, são necessárias algumas considerações. A feliz relação de Suzana e seu marido, na África, é narrada em *flashback* no capítulo “A preta Suzana”. A escrava, infeliz e velha, narra suas memórias a Túlio para lhe mostrar o que seria a verdadeira liberdade. O jovem escravo comunica a Suzana que é negro liberto e que acompanhará Tancredo a partir daquele momento como homem livre, mas eternamente grato ao seu redentor. A negra, descrente da liberdade transmitida por uma carta de alforria em um país que mantém as relações de favor e racismo, diz ao escravo o que era a liberdade verdadeira:

“Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente de meu país e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor de minha alma: – uma filha que era minha vida, minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar tão santa união”. (REIS, 2004, p. 81-82)

A passagem transcrita acima merece especial atenção porque traz algumas chaves para a compreensão do texto de Firmina. Em primeiro lugar, de novo aparece a voz negra –e africana –falando. Além disso, vem a valorização dessas raízes transplantadas à força para o Brasil no longo relato de Suzana, que segue contando o transporte no navio negreiro. É bom lembrar que tal ponto de vista é inovador, porque traz consigo uma valorização da vida africana, rompida em um ato de violência dos “bárbaros” que a amarram:

“[...] E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a

liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão.” (REIS, 2004, p. 82)

Ora, os “bárbaros”, para os ilustrados europeus que buscavam levar a civilização à África, eram os africanos. Selvagens, eram vistos a partir de uma rede de mitos. No século XV, por exemplo, o dominicano e leitor da real família de França Vicente de Beauvais escreve sobre o continente do sul, explicando que o clima do norte fazia dos homens europeus fortes e belos, enquanto o clima africano tornava os seres feios e doentes, “com seus corpos moles e negros”. (PRIORE & VENÂNCIO, 2004, p. 58) Ajudava a compor tal quadro da África a pregação medieval que afirmava ser Satã “negro como um etíope”. Lembrando que a própria palavra Etiópia significa “face queimada”, a relação das parábolas entre negrura da pele e pecado era muito recorrente, já que o Diabo, segundo elas, era negro devido à sua permanência no inferno, e por isso tinha a pele queimada. Assim, enquanto os anjos reluziam de brancura, o pecador, ainda que fosse branco, se tornava negro na pele em consequência do pecado. (PRIORE & VENÂNCIO, 2004, p. 58)

Tais mitos medievais não haviam surgido por acaso. Vinha do teólogo de Alexandria, Orígenes, a concepção de que a cor da pele revelava o caráter do indivíduo, e que era de responsabilidade exclusiva de si mesmo. Tal concepção era reforçada ainda pela interpretação do livro de Gênesis, que contava a história de Canaã, descendente de Cã.

Segundo leitura de Robert Slenes do livro de Gênesis, no artigo *As provações de um Abraão Africano*, dos três filhos de Noé, o homem que sobrevivera ao dilúvio, Cã viu a nudez do pai embriagado e chamou os irmãos a fim de verem também. Os dois outros irmãos, ao contrário de Cã, cobriram o pai. O pai então amaldiçoa Cã e sua descendência (seu filho Canaã) para sempre, e ainda diz que esses serão escravos dos seus outros filhos. A história bíblica conta que Cã e Canaã foram para o Sul, para Sodoma, depois para Gomorra e depois mais ainda para o sul, vivendo em terras iluminadas por um sol que os queimava, tornando-os negros. A África era, portanto, o continente dos que viviam no mal. Ao negro, penalizado pelo peso dos modelos europeus, restava ser escravizado, a fim de conquistar a redenção. (SLENES, 1995, p. 294)

É com essa leitura que Maria Firmina rompe ao descrever, pela boca da escrava africana, os invasores como “bárbaros”. De outra forma, também desestabiliza a concepção de “lugar do pecado” quando relata, através da personagem Suzana, as belas e livres praias e, sobretudo, o casamento da africana. Recuando um pouco na citação já transcrita, a velha negra narra que lhe deram “em matrimônio” a um homem que ela amou como a “luz” da sua vida. E a filha do casal nasce para “ selar tão santa união”. (REIS, 2004, p. 82)

Ora, a escrava, já de idade avançada, narrando suas memórias, recorre aos paradigmas dominantes cristãos para explicar a sua relação com seu marido. A “santa união”, além de se oferecer como diferença entre os casamentos infelizes dos senhores brancos no romance, parte de uma curiosa posição, porque seria a implantação de um valor cristão em uma outra cultura religiosa. Ao descrever a relação da escrava como “santa”, na verdade, o que Firmina por detrás de Suzana atesta é que a africana – e todos os outros africanos – poderiam ser também “santos” através de casamentos santos, virtuosos, grande valor na sociedade oitocentista.

Ao contrário do que se pensava e que viria a ser defendido por Macedo (1991) em *As Vítimas-algozes*, a escrava, mesmo velha e depois de ter sofrido as agruras da escravidão, ainda possuía a consciência daquilo que era “santo”, virtuoso, e, mais ainda, era capaz de viver relacionamentos santos e não selvagens, como aquele que levaria Úrsula à loucura. Novamente, a religião dominante dos brancos aparece no texto, mas como estratégia para afirmar a igualdade e a capacidade dos negros.

O amor do comendador Fernando, este sim, é imundo. Depois de matar a mulher de desgosto, persegue os recém-casados até matar o próprio filho, levando Úrsula à loucura. Esta, entretanto, jamais seria dele. Como último recurso, a jovem se alheia na loucura e, por fim, na morte, morrendo virgem. Como únicas alternativas, tais saídas entretanto apresentam-se bem eficazes, já que são elas que põem um ponto final nas maldades do comendador. O tio frustrado entra para um convento, como devoto de Santa Úrsula, convertendo-se em seu último suspiro a fim de gozar a vida eterna ao lado da amada.

Em outras palavras, se Túlio é um parâmetro de bons sentimentos a Tancredo, Úrsula é a redentora do perverso Fernando. Em 1866, Anna Maria Mozzoni, representante do feminismo italiano, associa o ideal da emancipação feminina ao modelo feminino católico, sustentando uma ideia de “superioridade de caráter das

mulheres.” (GIORGIO, 1991, p. 199). Tal ideia vai ao encontro da cultura católica do século XIX, que, apostando na superioridade da alma sobre o corpo, deixa de ver a fragilidade física da mulher como fraqueza, passando a observar que

“A alma feminina, diferente e complementar da masculina, torna-se (...) uma reserva de recursos civilizadores e de possibilidades de conversão (...) aparece um novo sujeito social isento de paixões políticas, com sentimentos de tal modo cristãos que se torna perfeitamente exemplar.” (GIORGIO, 1991, p. 200)

É nesse sentido que se coloca a trajetória da personagem Úrsula, heroína capaz de mudar o vilão através do sacrifício de si mesma. Em um contexto de crescente anticlericalismo militante ou passivo, a religião não estaria perdida, já que “o catolicismo do século XIX escreve-se, pois, no feminino.” (GIORGIO, 1991, p. 202) Assim, ocorre uma espécie de “formalização pelos católicos de um contrapoder feminino que utiliza recursos sentimentais como corretivo moral nos confrontos com os homens”, em que as mulheres se tornam parâmetros de boa conduta, como o escravo Túlio, e redentoras dos homens. (GIORGIO, 1991, p. 202)

Santa Úrsula, figura medieval cuja história é envolta em lendas, como a protagonista homônima do romance em questão, também morre virgem e resistindo aos desmandos de um homem poderoso: Átila, o rei dos hunos. Conforme Butler, em *Vida dos Santos*, destinada a se casar com um príncipe, a princesa cristã da Bretanha atravessa o rio Reno com onze virgens, (em algumas versões, onze mil ou mil virgens) até ser cercada por hunos. Toda a comitiva é morta, mas Átila, encantado com a beleza da virgem cristã, oferece-lhe matrimônio. Na recusa de Úrsula, nasce a mártir que não aceita unir-se ao paganismo. (ATTWATER, THURSTER, 1992)

Da recusa da sobrinha, de sua escolha individual e solitária, no livro de Firmina, nasce o convertido, outrora cruel comendador Fernando. Em sua resistência e cumprimento fiel às leis de virtude cristãs, manifestadas através de sua virgindade, em sua recusa à aliança com o impuro comendador, nasce o arrependimento e a mudança no vilão. Em outras palavras, há solução para o problema existencial de Fernando comendador que poderia ser exemplar a todos os que sofrem em uma sociedade onde vigoram as leis da escravidão, e a solução vem através de um salto para a fé ocasionado pelo bom testemunho/exemplo de Úrsula, virgem e mártir, ou de Túlio, samaritano e

irmão. Tal solução seria depois questionada pela própria autora, ao dizer em seu diário “amo a Deus; e ainda assim não sou feliz, porque insondável me segue, me acompanha, esse querer indefinível...”. (REIS apud TELLES, 2006, pag. 412) Sem ousarmos entender o “querer indefinível” que atormentaria Maria Firmina até os últimos anos de sua vida, podemos entretanto afirmar que *Úrsula* traz, no esteio da caridade cristã de um país católico, o argumento forte que a escravidão dos negros ou a violência contra as mulheres feria os desígnios de Deus.

Os escritos de Firmina, pouco divulgados até a descoberta recente da autora, trazem uma tese que, com outros pincéis, também tentam esboçar uma “cor local” à nação que ameaçava caminhar. Participante da imprensa de sua época, inserida no contexto de um romantismo cristão, Firmina apregoa, através dos exemplos de humanidade e caridade dos escravos, a certeza de que poderiam ser eles os samaritanos a ensinar o bom caminho a ser seguido aos sacerdotes judeus. Tal seria a via para fora da melancolia absurda que ameaçava engolir sua própria existência. É assim que Maria Firmina, afrodescendente samaritana, começa o ensinamento com *Úrsula*.

REFERÊNCIAS

ATTWATER, Donald, THURSTON, Herbert J. *Vida dos santos de Butler*. Petrópolis: Vozes, 1992.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma História comparada* (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

BÍBLIA, Evangelho de São Lucas. Edição pastoral. Trad. de: Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DONNER, H. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2006.

DUARTE, Constância Lima. “Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: *Úrsula*.” *Revista de Estudos Feministas*, v.13 n.2, 2005, p. 443-444.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

GIORGIO, Michela. O modelo católico. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das Mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento: 1991.

GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Klick Editora, 1999.

STOWE, Harriet B. *A cabana do pai Tomás*. 7. ed. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976.

KIERKEGAARD, Sören; *O Desespero Humano*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *Temor e tremor*. In: Schopenhauer/Kierkegaard. *Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1974.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Scipione, 1991.

MARTIN, Charles. “Prefácio.” In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico, 1975.

PRIORE, Mary Del, VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: Ed Unesp, 2005.

SLENES, Robert. “As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na Viagem alegórica de Johann Moritz Rugendas”. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, v. 2, 1995, p. 272-294.

SHELLEY, Percy B. Ode ao vento oeste e outros poemas. São Paulo: Hedra, 2009.
TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. (org.)
História das Mulheres no Brasil. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ZILBERMAN, Regina; Moreira, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. Print

Acervo de Periódicos - Coleção Biblioteca Nacional

Semanário Maranhense, São Luís. 01 de setembro de 1867 a 08 de setembro de 1868.
(coleção microfilmada)

Echo da Juventude, publicação dedicada à literatura. São Luís. 11 de dezembro de 1864
a 21 de maio de 1865. (coleção microfilmada)

A imprensa, São Luís. 4 de junho de 1857 a 1 de fevereiro de 1862. (coleção
microfilmada)

O domingo: jornal crítico, literário, noticioso e recreativo. São Luís. 07 de outubro de
1883 a 15 de novembro de 1883.

A pacotilha: hebdomadário crítico e noticioso. São Luís. Outubro de 1880 a janeiro de
1881 e abril de 1881. (coleção microfilmada)

Revista do Liceu Maranhense. São Luís. s/d.